



## Posição da Junta de Freguesia de Sá relativamente à adesão do Município ao Pacto de Autarcas

O Executivo da Freguesia de Sá vem pelo presente apresentar a sua total solidariedade com o Pacto de Autarcas e congratular o Município de Monção por ter aderido ao mesmo.

Felicitemos ainda o Município por partilhar a elaboração do plano de acção do Município com todas as autoridades locais.

O Pacto de Autarcas é uma ferramenta que o Executivo de Sá considera de extrema importância na promoção da preservação do meio ambiente por via de introdução de melhorias de eficiência energética e de redução das emissões de CO<sub>2</sub>, para termos um Concelho mais amigo do Ambiente e um mundo mais verde.

O Executivo de Sá apenas lamenta pela demora do Município em “acordar” para esta problemática tão importante, mas, é caso para dizer que, mais vale tarde do que nunca.

Recordamos a sua Excelência Senhor Presidente da Câmara Municipal de Monção que aquando da audiência que nos concedeu para negociação do Orçamento Municipal de 2009, a Junta de Freguesia de Sá lhe apresentou medidas neste âmbito, de preservação do Meio Ambiente com recurso a energias renováveis, tendo sugerido a colocação de painéis solares no edifício da Junta de Freguesia de Sá e demais edifícios públicos do concelho. Esta nossa sugestão na altura não mereceu qualquer apoio de sua Excelência nem sequer sua Excelência manifestou qualquer interesse na mesma.

Vemos agora com muita satisfação a preocupação do Município com o tema do Ambiente, mesmo que seja a reboque dos demais Municípios vizinhos e não por sugestão há muito feita por uma Junta de Freguesia.

Passando de imediato para o Pacto de Autarcas, foi lançado pela Comissão Europeia no ano de 2008 tendo como finalidade ajudar a União Europeia a atingir e ultrapassar o objectivo de redução de CO<sub>2</sub> em 20% até 2020, fomentando por esta via a participação e empenho das autarquias locais no aumento da eficiência energética e na utilização de fontes de energias renováveis nos respectivos territórios.

Actualmente já existem um total de 1091 Planos de Acção de Autarquias Europeias aceites pela Comissão Europeia, dos quais 24 são Planos de Acção de Autarquias portuguesas, dos quais 2 são de Concelhos do Alto Minho, sendo eles Caminha e Ponte de Lima.

Analisando os vários Planos de Acção nacionais e internacionais, disponíveis na internet na página do Pacto de Autarcas em [www.pactodeautarcas.eu](http://www.pactodeautarcas.eu), constatamos que muitas medidas são transversais aos diversos municípios e as quais deverão ser também por nós adoptadas.



As medidas a implementar deverão visar o aumento da qualidade de vida no Município, através de uma maior racionalidade no que toca à utilização da energia e dos recursos naturais. Este aumento de consciência ambiental e de eficiência energética deverá reduzir os custos associados à factura energética dos munícipes, bem como da administração municipal e das freguesias, já que os seus edifícios também deverão ser contemplados neste plano.

Destacamos como principais medidas a incluir no Plano do nosso Município as seguintes por sectores:

### **SECTOR DOS EDIFÍCIOS, INFRA-ESTRUTURAS, INSTALAÇÕES E INDÚSTRIA**

- Diagnóstico energético a edifícios de habitação no município e freguesias, trata-se de uma auditoria e certificação a habitações, a todos os edifícios públicos e privados particulares e empresariais com recomendação do melhor caminho para um uso racional da energia tornando mais eficiente e com menor impacto no ambiente;
- Campanha de divulgação, promoção e incentivo ao recurso de tecnologia Solar Térmica e Fotovoltaica;
- Campanha de divulgação e promoção para a eficiência energética e para um uso mais racional da energia;
- Desenvolver actividades de Educação Ambiental na Área da Energia em Escolas do Ensino Público e Privado do Concelho, abrangendo alunos do pré-primário, 1º, 2º, 3º Ciclo e Secundário;
- Iluminação Pública mais eficiente com colocação de relógios astronómicos e substituição de lâmpadas incandescentes por outras mais eficientes do ponto de vista energético.

### **SECTOR DOS TRANSPORTES E MOBILIDADE**

- Aumentar a eficiência da frota Municipal em termos energéticos e substituição gradual da mesma por viaturas mais eficientes, eléctricas ou híbridas e incorporação de uma mistura de biodiesel;
- Gestão mais eficiente da frota municipal com articulação das deslocações dos colaboradores e autarcas;
- Campanha de sensibilização dos cidadãos para a eco-condução e para utilização de meios de transportes mais ecológicos e renovação do parque automóvel mediante aquisição de veículos mais eficientes e menos poluidores e incorporação do biodiesel.



## PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

- Revisão do PDM com soluções que potenciem a redução do consumo energético e das emissões de CO2 como limitações à expansão de áreas urbanizáveis e promoção de zonas urbanas consolidadas e estabelecimento de novos corredores verdes;
- Novas normas para a reabilitação urbana e para as novas urbanizações com uma reformulação dos regulamentos municipais vigentes de modo a incorporar questões de eficiência energética em edifícios.

São apenas alguns exemplos práticos perfeitamente exequíveis no nosso Concelho, à semelhança de muito outros que ainda se poderão acrescentar e que farão com que facilmente consigamos reduzir as emissões de CO2 em mais de 20% até 2020 e desta forma termos um Concelho mais verde contribuindo também para o Mundo melhor e com mais qualidade ambiental!

Queremos reiterar a nossa total oposição, já apresentada na Assembleia Municipal do passado dia 28 de Dezembro, quanto ao "apagão" da iluminação pública entre a 1h e as 5.30h, que o Município aprovou em reunião do Executivo tida no mês de Dezembro, com o pretexto de uma redução de custos da autarquia e com o objectivo de dar cumprimento ao Pacto de Autarcas.

Repudiamos completamente esta medida de apagar a iluminação pública porque representa um erro muito grave, coloca seriamente em causa a segurança e bem-estar das nossas freguesias, do nosso concelho e das nossas populações, nenhuma medida economicista o justifica e é um erro considerar a segurança das populações um custo quando se trata de um investimento. Por outro lado, conforme atrás mencionado há outras medidas em termos de iluminação pública que visam a sua melhor racionalização sem que para isso seja necessário o recurso a tal "apagão".

Para concluir, queremos apresentar a total disponibilidade do Executivo de Sá para colaborar na elaboração de um Plano de Acção que permita atingir os objectivos propostos e que sirva os interesses das Freguesias, do Concelho e os seus cidadãos.

Sá, 14 de Janeiro de 2012

O Presidente da Junta de Freguesia de Sá,

(Dr. Filipe Jorge Quintas Ferreira)